

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE DO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 ALAGOAS - LEI Nº 7.372/2	ALAGOAS,
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C	LEI N. 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE COMISSÃO
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1	ABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCI	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SACROS
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025 -	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO	LEI N. 8.580, 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	INÁNDAS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EMP
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES E	E DESSE
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	LEI N. 7.930, 4.10.2017	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,	QUE DO B
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	PRECISAR
	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	NA DESSE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE	LEI	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓSCON
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI CO	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI CO	4, DE 26 D
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISP	A GESTOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	LEI Nº 6.952, DE 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.155, DE 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS	ERÍCIA OLIVEIRA DE SOUZA
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	CODVADN
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	CODVADN
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 7.469, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	EQUIPES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	LEI N. 8.409, DE 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	ICIAIS MILITARES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 9.381, DE 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	STADOCIAIS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.677, DE 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DEICAND
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.475, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DEICAND
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.884, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	ANTE REDA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI Nº 9.392, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.209, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 7.599, DE 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.785, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	AÇÃOISTO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.173, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	ADADEFOM
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.645, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DEGRASZA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.741, DE 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDORES PÚBLICOS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.506, DE 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	COFIDOR
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 7.952, DE 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	O ESTADO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.385, DE 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DESERVO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.784, DE 11.4.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DESERVO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 8.321, DE 29.05.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DECAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS		ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	ÇA ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS		ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS	DESERVO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A	LEI N. 8.560, DE 2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135 DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 9.979, DE 2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669 DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVEL	LEI N. 14.405, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVEL	
	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	LEI N. 14.356, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕES	
	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	LEI N. 14.163, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 13.475 DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	
	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA	LEI N. 14.331, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991, PARA	
	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCE	LEI N. 14.259, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 14.124 DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCE	
	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE	LEI N. 14.326, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 7.210 DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL) PARA ASSE	
	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 14.548, DE 2023	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 13.010, DE 2014	ALTERA A LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	LEI N. 14.230, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 8.429 DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	
	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	LEI N. 13.831, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	
	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA	LEI N. 14.291, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA	
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	LEI N. 14.333, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	LEI N. 14.364, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	LEI N. 14.849, DE 2024	ALTERA A LEI Nº 10.257 DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	LEI N. 15.306, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 10.826 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ	LEI N. 13.827, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA AUTORIZ	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	LEI N. 13.772, DE 2019	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI	LEI N. 14.310, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA DETERMI	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	LEI N. 15.384, DE 2026	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 14.857, DE 2024	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.380, DE 2021	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.125, DE 2025	ALTERA A LEI Nº 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	LEI N. 14.322, DE 2022	ALTERA A LEI Nº 11.343 DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	LEI N. 14.536, DE 2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	

Seção de Informática

AS DE AB
EGURANÇ
PREVENI
ANTES, PA
ÁCRIAR
BÓRASÃO
ÁGARPE
PASO DO
MUARIER
REIMENT
SOPRESSO
TO DÁPRI
ACEDEN
DANDON
INFORMA
TEA DE IN
ÊNCIA DO
PROD) TO
RÓISOP
SOPLEN
DOISEMO
ÇÕES QUE
D'DE PER

Secção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA.	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498 DE 25.06.1986 PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO DENTISTA.	CABASID
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	LEI N. 14.737, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19.11.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	TABESDE
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	BRASECO
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	BBEMOME
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	LEI N. 15.126, DE 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	CBR SIST
	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	LEI N. 14.820, DE 16.1.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE) PARA AMPLIAR O ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI Nº 8.080 DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE).	SODOSE
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	BA FORME
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	PEDICORA
	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE ENFERMAGEM.	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE ENFERMAGEM.	RANSPDR
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	LEI N. 14.071, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	MPOSIÇÃ
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.	LEI N. 12.760, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.	LEI SECA
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	DETERRON
	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) PARA ADAPTAR O CONTEÚDO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL À REALIDADE NACIONAL.	SSA ABIVA
	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE ENFERMAGEM.	LEI N. 14.386, DE 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DE ENFERMAGEM.	DEEQÃO/A
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	LEI N. 8.589, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	CHRASEP
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINANDO O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	LEI N. 8.350, DE 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 8.062 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 DETERMINANDO O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	ADES PÚB
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020	PORTARIA Nº 343/2020	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE PROFESSOR ASSOCIADO CATEGORIA B DO QUADRO DE PESSOAL DOCENTE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GROSSO DO SUL.	IS POR AI
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM (SINAPE).	PORTARIA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10 DE AGOSTO DE 2000 QUE APROVA O REGULAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM (SINAPE).	NÊNCIAS,
	ALTERA A REDACÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 3º E DOS ARTIGOS 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º, 101º, 102º, 103º, 104º, 105º, 106º, 107º, 108º, 109º, 110º, 111º, 112º, 113º, 114º, 115º, 116º, 117º, 118º, 119º, 120º, 121º, 122º, 123º, 124º, 125º, 126º, 127º, 128º, 129º, 130º, 131º, 132º, 133º, 134º, 135º,	LEI N. 4.422, DE 28.12.2023	ALTERA A REDACÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 3º E DOS ARTIGOS 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 56º, 57º, 58º, 59º, 60º, 61º, 62º, 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 70º, 71º, 72º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 78º, 79º, 80º, 81º, 82º, 83º, 84º, 85º, 86º, 87º, 88º, 89º, 90º, 91º, 92º, 93º, 94º, 95º, 96º, 97º, 98º, 99º, 100º, 101º, 102º, 103º, 104º, 105º, 106º, 107º, 108º, 109º, 110º, 111º, 112º, 113º, 114º, 115º, 116º, 117º, 118º, 119º, 120º, 121º, 122º, 123º, 124º, 125º, 126º, 127º, 128º, 129º, 130º, 131º, 132º, 133º, 134º, 135º,	98, DE 13.12.2023
	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1976 QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	LEI N. 6.543, DE 28.12.2023	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399 DE 15 DE AGOSTO DE 1976 QUE INSTITUI O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	FLORGAN
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012 DO COUNCIL OF THE JUDICIAL BRANCH OF THE SUPREMACY OF THE FEDERAL JUDICIARY (STF) QUE DISCIPLINA O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385 DE 16.08.2012 PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	AÇÃOSE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO.	SAS ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE DIRETORIA E DE SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERM			

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE	ELIÇÕES
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DIS	GANDA EL
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOB	DO PROC
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14.12.2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	CAÇÃO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	EMAS ELE
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE DIS	S ELEITOR
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26.02.2026 QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	SSO ELEI
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 02.03.2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁR	AS ELEIÇ
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DI	CHETIRN
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	CHETIRN
	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	CHETIRN
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000	COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES	DE CARO
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 2006	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE	DEZEMBRO
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	DA QUER
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05.2002	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29.08.1983 9.454 DE 07.04.1997 13.444 DE 11.05	INVESTIQU
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 4.720 DE 2006	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19.09.1995 LEI Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 4.7	DISCÃO E
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 e LEI Nº 4.720 DE 2006	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30.09.1997 LEI Nº 9.096 DE 19.09.1995 e LEI Nº 4	BÁSIS DE
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	ZEMBRO
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SE	PROSDIA
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 LEI Nº 4.720 DE 2006	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS Nºs 5.785 DE 23.06.1972 LEI Nº 9.612 DE 19.02.1998 LEI Nº 4	FONDERES
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1997	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 9.454 DE 7 DE ABRIL DE	A DEBORA
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE 1980	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE 1980	ABRIL DE
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRU	ESTRUCO
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOB	ESTADORA
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊ	CLASSES D

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	LEI N. 9.090, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	ANDRESSA
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	SOUZAPAGE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	RODVAOD
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.200, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	DECRETO N. 4.292, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	SADABIN
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	LEI N. 8.391, DE 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	REIOMRBO
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	LEI N. 13.370, DE 14.7.2004	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	ESPECIAE
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 6.502, DE 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	DECRETO N. 29.258 DE 12.6.2023	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	RAMONER
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	LEI N. 8.177, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	OSSEME
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	LEI N. 15.123, DE 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	FEAESTO
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	LEI N. 8.867, DE 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	LEI N. 8.552, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.272, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTRA
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTRA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.071 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	ONESTAS
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.070 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	SONCHESA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 69.581 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	IRO DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DECRETO N. 23.086 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	SEFATOPR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 95.540, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 83.069, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	DECRETO N.º 71.978, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	ALTERA O DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DECRETO N.º 74.007, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DECRETO Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	DECRETO N.º 94.872, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.245, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.397, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.353, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	8.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	LEI N.º 14.752, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	
	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N.º 10.841, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DECRETO N.º 11.881, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DECRETO N.º 11.880, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N.º 11.040, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DECRETO N.º 11.130, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N.º 11.080, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DECRETO N.º 11.481, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N.º 11.107, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DECRETO N.º 11.479, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25.06.2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	DECRETO N.º 9.981, DE 25.06.2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25.06.2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	
	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	DECRETO Nº 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019.	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE	
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2019.	LEI N. 8.178, DE 11.7.2019.	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2019.	
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	LEI N. 14.721, DE 8.11.2023.	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	
	ALTERA OS DECRETOS LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (Código Penal) E 3.683 DE 07.12.1940 (Código de Processo Penal).	LEI N. 14.245, DE 8.11.2023.	ALTERA OS DECRETOS LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (Código Penal) E 3.683 DE 07.12.1940 (Código de Processo Penal).	
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE INCENTIVO FISCAL À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO.	DECRETO Nº 15.160, DE 3.7.2025.	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.000 DE 1990.	
	ALTERA A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VERBA DE INCENTIVO FISCAL À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO.	LEI N. 15.160, DE 3.7.2025.	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.	
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS".	RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS".	
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CÍRURGIA DE REDUÇÃO DE MAMA.	LEI N. 15.171, DE 17.7.2025.	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JUNHO DE 1998.	
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2024.	FORMULÁRIO Nº 12.249, DE 11.6.2010.	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2024.	
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA.	LEI N. 13.964, DE 6.12.1968.	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA.	
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL.	LEI N. 13.964, DE 6.12.1968.	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL.	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO.	DECRETO Nº 12.540, DE 6.12.1968.	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO.	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS E FUNÇÕES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS.	PORTARIA Nº 12.540, DE 6.12.1968.	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS E FUNÇÕES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	PORTARIA Nº 12.540, DE 6.12.1968.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	PORTARIA Nº 12.540, DE 6.12.1968.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	PORTARIA Nº 12.540, DE 6.12.1968.	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREGO.	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	LEI N. 6.230, DE 19.4.2001.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	LEI N. 6.399, DE 15.8.2003.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS.	PORTARIA Nº 167/2024.	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS.	
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA.	DECRETO Nº 70.274, DE 19.4.2001.	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECEDÊNCIA.	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGIMENTAL DE DOCUMENTOS.	PORTARIA Nº 167/2024.	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A AQUISIÇÃO REGIMENTAL DE DOCUMENTOS.	
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL - PREVIDÊNCIA.	DECRETO Nº 4.265, DE 19.4.2001.	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL - PREVIDÊNCIA.	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA.	DECRETO Nº 3.700, DE 19.4.2001.	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA.	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO E VESTIMENTAS.	PORTARIA Nº 167/2024.	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO E VESTIMENTAS.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200)	
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	LEI N. 10.022 DE	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALTERA A LEI Nº 9.605 DE 12.02.1998 PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS	
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI N. 10.027 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.648, 4.8.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI N. 14.323, 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI N. 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	LEI N. 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUA	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUA	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	LEI N. 9.455 DE	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI N. 9.450 DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	LEI N. 14.643, 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C	SISTEMA D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	ESSECRE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO P
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	VISIONAL
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 QUE PRO	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG	CONSUMO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	ÇÃO EXCI
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	NTES PÚBL
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MPM	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	CAZOS C
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO E	OAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENTO	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEOM	STANCIAM
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI N. 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE F	ARIA DO E
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPE	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AG	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORALIDADE	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	O DE CON
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DO	NP Nº 313901	TRANSCRITAÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	DADE DO
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVID	024.
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PORTARIA Nº	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	ABES, S
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	RIA DE ES
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO	TO DA SE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	CONFEERE A PROEISSIONAIS DO SEXO FEMINI	LEI N. 9.722, DE	CONFEERE A PROEISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CIUT	DÊNCIAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	DÁ OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNC	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANÇ	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANCA E DO ADOLES	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DA CRIANÇ	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFEESA DOS DIREI	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANCA PÚBLI	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTICA E SEGURAN	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANCA PÚBLI	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANCA PÚBLI	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAG	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRI	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRIHAS JLININAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRIHAS JLININAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	IAL OSMAN
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRIOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÍLI	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRIHA JLININ	DAL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUA	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRB	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITU	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LEI N. 8.556, DE 1995	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	DECRETO N. 9.579 DE 1996	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	BRASIL
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	7, DE 2020
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PORTARIA SE 105.357 DE 2003	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	DECRETO N. 83.887 DE 2005	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERATA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	DECRETO N. 7.845 DE 2010	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERATA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS	SECRETARIA DE SEGURANÇA
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 10.693, DE 25.6.2003	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	SECRETARIA DE CULTURA
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	DECRETO N. 10.981 DE 2005	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	SECRETARIA DE JUSTIÇA
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	DECRETO N. 11.089 DE 2006	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 9.499, DE 14.2.2025	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	SECRETARIA DE JUSTIÇA
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	DECRETO N. 70.396 DE 2004	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	SECRETARIA DE ECONOMIA
	CRIA APP EM IMÓVEL DO REGIMENTO DA PMAL	LEI N. 6.895, DE 2004	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DA PMAL	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CRIACÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A VIDA	LEI N. 8.364, DE 2004	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - A 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CRIACÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A VIDA	SECRETARIA DE JUSTIÇA
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A VIDA	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS	DECRETO N. 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO	DECRETO N. 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E ADOÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMILITAR - SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMILITAR	LEI Nº 9.390, DE 35.142 DE 2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE DEFESA	DECRETO N. 69.463 DE 2004	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE CRIA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMILITAR	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE DEFESA	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRIGIDAS	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER	LEI N. 15.234, DE 7.10.2025	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRIGIDAS	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	LEI N. 9.500, DE 14.2.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER	SECRETARIA DE DEFESA
	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	LEI N. 9.500, DE 14.2.2025	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA	SECRETARIA DE DEFESA

Secção de Informática

1. FOLHA DE
 2. ESPRATINHO
 3.
 4. AS EM AT
 5. E DA OUT
 6.
 7. ADO DE A
 8. JUDE PÚBL
 9. SUBSTAN
 10. IMPLAÇÃO
 11. EDAÇÃO A
 12. ER O CRIM
 13. ES LESIVA
 14. RIMES DE
 15.
 16. AÇÃO DE
 17. ILIB Nº 3.3
 18. DE NOVE
 19. E DE RAO
 20. TARE DE
 21. CONTRAR
 22. CONTRAR
 23. REUA SE
 24. FA SEQU

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL	LEI N. 4.922, 17.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL INCISO XII DA ALÍNEA "C&	NSP-016,01
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERACÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26.11.1966 PARA DA	CONTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE	LEI N. 14.759, DE	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBLE DA CONSCIÊNCIA	
	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACI	LEI N. 14.641, 1.8.2023	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	MS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZ	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAM	ODO O TE
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO	PORTARIA Nº	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER	INDAGAC
	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE	LEI N. 14.768, DE	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI	
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAC	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTACÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	ERMINA O
	DEFINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, 6.9.1949	DEFINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE	DECRETO N. 11.123 DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO- DISCIPL	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	DENOMINACÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTAD	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINACÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 6.623, DE	CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGO	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 9.623, 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PI	LEI N. 8.788, DE	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	EMERSON
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL	DECRETO N. 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	ELIPESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 98.836 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRG	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	ITE - CEDO
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ENTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ITO SOCIA
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES M	DECRETO N. 3.545 DE	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÇÃO DA E	OTA PROV
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	NDAGOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLIC	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COM	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT	MPROVEM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O PAGAMENTO	MOTOR
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TEMPO	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAM	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁ	NTAÇÃO DE
	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA	PORTARIA N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSO	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIV	LEI N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTE	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MEN	LEI N. 13.060, DE	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANÇ
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA CORR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS HOSP	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT	SIONES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TR	LEI N. 9.594, 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	SÃO PARA
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 8.407	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE S	LEI N. 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕE	COLPES D
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉT	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A T	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINACÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTAD	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO E IN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	TO INSTAD
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	SEÇÃO DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO A	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAME	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	BLICO E I

Seção de Informática

[illegible]

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O P	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE	DECRETO N. 10.148, DE 7.10.2021	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCI	S DA ADM
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS O	DECRETO N. 106.823, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OUI RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	UNÍONICA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPAC	DECRETO N. 106.823, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPACÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	AVENIA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUI	LEI N. 8.639, DE 28.3.2022	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA	639, DE 28
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUI	LEI N. 9.171, DE 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OUIALIEICAÇÃO PARA OS SERVIDOR	TRÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇ	LEI N. 8.437, DE 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	RETARIA D
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS C	LEI N. 7.313, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE	LEI N. 8.692, DE 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS	LEGAVS C
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE	DECRETO N. 101.094, DE 14.07.2020	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	ANO – CSA
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISS	DECRETO N. 101.094, DE 14.07.2020	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMEN	OSIDRCA
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA	LEI N. 7.966, DE 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL - E ALTERA AS	2.04.2020,
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO	LEI N. 6.682, DE 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDEI	EMPORAR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRM	LEI N. 10.030, DE 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENT	STAQUEM
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TE	LEI N. 8.773, DE 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA AR	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIILHA PE	LEI N. 8.699, DE 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRIILHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE AL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE D	LEI N. 8.787, DE 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL -	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTAD		DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA ACO	DANTES D
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ES		DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADOI	CAEPED

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE S	LEI N. 9.682, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “C	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “CASTRA ALAGOAS” QUE ESTABE	STOWAST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	EL CRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “D	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “DAQUI PRA O MUNDO” QUE VISA	YASEPUBLI
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DI	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	ITRAHERE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA E	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	ERVACOS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	DOFANAS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO “AMIGO	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO “AMIGO DOS ENTREGADORES” PARA OS	DOUES DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENT	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPTO DE DELEGAC	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHAD	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMACÃO NO	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	DESTATAM
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVI	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DIELUÇÃO POR ÓRGÃOS PÚ	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIELUÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	DEBUOTA
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE D	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVID
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO	LEI	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDA	ORMEUDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEI	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADO	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CABE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BAODABA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	EDACSSUP
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTE	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CA	ÉMÉDORF
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETAR	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/HORONP
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E IND	LEI N. 12.815, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIÃO DE PORTOS	STOÁRIAS
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE V	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉD	SPAXAM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À IN	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACION	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PE	LEI N. 9.470, DE	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO EPERMANÊNCIA DE AMBROS OS PAIS	
	DISPÕE SOBRE A IMPEINHORABILIDADE DE BE	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPEINHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGOGICA EM TO	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTI	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BR	DECRETO N. 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA I	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM EIBROMIALGIA NAS EILAS PE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LELE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA P	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE EIDELIDADE EM CONT	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORACÕES F	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃ	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERACÃO FISCAL – E	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRASMISSÃO CAUSA MOR	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO D	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA.PATERNIDADE- IN	LEI N. 15.371, DE	DISPÕE SOBRE A LICENÇA.PATERNIDADE- INSTITUIO SALÁRIO.PATERNIDADE	
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAC	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESA	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE A	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RECURSOS	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RECURSOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES DE ÁGUA	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES DE ÁGUA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LUGARES	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LUGARES	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 93.446, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO	PORTARIA M. 1.000, DE	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL ESCRITÓRIO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL ESCRITÓRIO	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUIÇÃO SISTEMA NACIONAL	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUIÇÃO SISTEMA NACIONAL	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO DECRETO N. 4.073, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVAMENTO	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVAMENTO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E APLICACÃO	RESOLUÇÃO LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E APLICACÃO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS		DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRG	LEI Nº 8.413,	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	PORTAL DE
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO	LEI N. 9.509, 14.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPANH
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	INISTRAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS E	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA E	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	INTRAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	DE SAÚDE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	MENTE DE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, H	VISITINHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	DIENES DE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRCIO, TRA	DE AQUISI
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	DO DIGITA
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOIHELORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLÍ
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSISTÊN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	AGUAS, A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	ARO À PES
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	ÇÃO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	UNO DE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	TADO DE A

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE		ESTADO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		ESTRADA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		AMBIENTE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		OS PALMA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV		ANZAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR		ENÚMERO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO		CELEBRA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD		PE.
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		ADONDE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	LEI N. 102331, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER		INSPEÇÃO
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	LEI Nº 8.427, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD		DEMOSTR
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI		AS PROVID
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA		FRANCA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE		8.231, DE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VEN		RVIDORES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO		UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO		UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO		ESTADOS
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS		ESTADOS
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI Nº 8.419, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER		INDICAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 8.296, DE 1991	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 14.791, DE 2024	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2024 E DÁ
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	DECRETO N. 11.484, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	ESPECIFIC
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	LEI N. 8.868, DE 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	A FORMA Q
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DECRETO N. 6.514, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DEPROCE
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	DECRETO N. 69.530, DE 2025	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	LEI N. 6.605, DE 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	AS PROVID
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	DECRETO N. 33.870, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS S	SANCION
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	LEI N. 9.060, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	COMOZAC
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, DE 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	LEI N. 5.821, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	ROVIDEN
	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, DE 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	DIVUNICA
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	PORTARIA N. 33.861, DE 2025	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	JANTO DU
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	LEI N. 8.087, DE 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VO ESTAD
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	PORTARIA N. 33.861, DE 2025	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	AS.
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA N. 33.861, DE 2025	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDE F
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	RESOLUÇÃO N. 15.100, DE 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	BAÑEIRA
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNI	LEI N. 9.511, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNI	ESOMEN
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	LEI N. 10.012, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	DASÇÃO P
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	LEI N. 9.028, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	OUTRAS
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	LEI N. 8.522, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	SOCIAIS E
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 15.117, DE 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	LEI N. 8.503, DE 27.9.2021	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	SÉCURAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	LEI N. 13.243, DE 11.1.2016	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE 19)
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, À PESQUISA		DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, À PESQUISA	ENTRE 78,4

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	LEI N. 5.237, DE 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	DECRETO N. 26.320 DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	LEI N. 8.754, DE 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	LEI N. 8.315, DE 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENHIDAS EM	LEI N. 8.291, DE 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENHIDAS EM	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	LEI N. 8.738, DE 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	LEI N. 9.521, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU	DECRETO N. 11.722 DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	DECRETO N. 11.833 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES-GERAIS DE POLÍCIA	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DECRETO N. 11.482 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N. 11.480 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	DECRETO N. 11.483 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEM	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEM	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.786, DE 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	LEI N. 8.906, DE 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, DE 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA: ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNCÕES P	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERA	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENSP) E SOB	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615, DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	ONESTAD
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERACÔ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO	ESTADUE
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELH	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PRO
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO	À OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁ	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO REL	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONST	TAÇÃO D
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERA	NIÊNCIA
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAC	DECRETO N. 109.405, DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	ÓRGÃOS E
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDID	ADOÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	LEI N. 9.613, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	LEI N. 8.567, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	LEI N. 8.368, 6.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	LEI N. 8.151, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	LEI N. 8.112, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	LEI Nº 8.406, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	LEI N. 10.826, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 10.986, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	DECRETO N. 74.020, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇ	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO N. 11.625, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	DECRETO N. 12.154, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO Nº 76.819, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 86.020, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 95.021, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 100.540, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 106.093, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	DECRETO N. 9.359, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	LEI N. 8.671, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821, DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISC	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 00.070/2005, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225, DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO, A ME	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR	
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906, DE 04.07.1994 (Estatuto da OAB) E O DECRETO-LEI	
	DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080, DE 19.09.1990 (Lei Orgânica da Saúde) E	
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434, DE 1.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PR	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE	DE TRÂN
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MBEIROS M
	ENSINO PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRE	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL JUNTO AO PROCON/A	O DE EICA
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDA	LEI N. 8.885, 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	EAÇÃOCE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PREST	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTACÃO DE CIRURGIA RECONSTE	DEBROSQ
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022, DE	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	NSAUMOM
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELO	RESUNSE
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES E	DECRETO N. 9.191, DE	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDACÇÃO	DIRAÇÃO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532, DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	PÚBLICO À
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, §	LEI	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADE
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, §	LEI	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADE
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	TRATIVAS
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, C	DELTAÇÃO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇ	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	ÂMENTOS
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE	PORTARIA Nº	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	ÇA PÚBLI
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA Nº	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	ORÇOS
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA R	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM; E CRIA O FUNDO D	SWESTAN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INVE	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDAÇÃO, A	
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	PORTARIA Nº	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	DECRETO N. 37.119 DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO N. 95.480 DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022 - TCE	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022 - TCE	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MUL	
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCE	
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO	
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOPTADAS PELO	
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	LEI N. 9.441, DE	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOIHLIMENTO	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INFORMAÇÕES E ACOIHLIMENTO	
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	
	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RAÇAS DE ANIMA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 41.375 DE 1992	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 24.129 DE 1992	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO ESTADUAL N. 24.129 DE 1992	27 DE JULHO DE 1992
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 20.785 DE 1992	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	ANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
	ESTATUTO E NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CANCELAMENTO DE EMPENHOS E ANULAÇÃO DE DESPESAS	LEI N. 4.320, DE 17.3.1964	ESTATUTO E NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CANCELAMENTO DE EMPENHOS E ANULAÇÃO DE DESPESAS	DE 1964
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE 1992	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	DE 1992
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, DE 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DE 1992
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, DE 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	S. POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE 1992	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	LEI Nº 6.512 DE 1992
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, DE 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII DO MESMO PARÁGRAFO	IGO, DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, DE 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	92, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, DE 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	S. (Em decorrência da Lei Nº 5.346 de 26 de maio de 1992)
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, DE 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	PELA LEI Nº 5.941 DE 31 DE JULHO DE 1997
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, DE 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992	DE 1992 (Lei Nº 6.150 de 11 de maio de 2000)
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, DE 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DE 1990
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, DE 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	COM DEFICIÊNCIA
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, DE 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DE 2003
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE 1992	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696 DE 2 DE JULHO DE 1976, DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E DA LEI Nº 5.046 DE 1992	1976, DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E DA LEI Nº 5.046 DE 1992
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO	LEI N. 4.423, DE 1992	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO	OS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025	LEI N. 9.454, DE 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, DE 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E INTERESSES DE SITUAÇÃO	S DE SITUAÇÃO
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, DE 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM COMMISSÃO	ONARIZADA
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967, DE 2015	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969 PARA EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	PRISÃO DISCIPLINAR
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, DE 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	O ESTADO DE ALAGOAS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, DE 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVIDÊNCIAS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, DE 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	PARA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE 1992	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	evogada pela Lei Nº 5.476 de 1992

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTAD	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIA	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADIAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OCIAL D	AS – PO/A
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	DE JUST
	EÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIO	DECRETO N. 24.647-DE	DESIGNA OS MEMBROS DO EÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GOAS - FO
	EUNCIIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	EUNCIIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (EUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – EUNERPOL – E DÁ	CIAS. (Rev
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (EUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694 DE 16 DE DEZEMBR	OS, DÁ NO
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (EUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225-DE	DÁ NOVA REDACÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 D	DE 2008, Q
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUIE	DECRETO N. 20.786-DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUIE	DECRETO N. 3.566-DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	ICA – GGI
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806-DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762-DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GABANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GABANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES TUTOR	ÉCONOSI
	GRATIEICACÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT 1º E	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	GRATIEICACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIEICACÕES E	RUÇÃO. (R
	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI	LEI N. 14.769, DE	INSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E C	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DE	LEI N. 8.546, DE	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O D	TURA ALA
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRILHEIR
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA	LEI N. 14.231, DE	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	ÚDE DA F
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA PO	LEI N. 11.705, 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAD	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA	LEI N. 8.974, 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE ENS
	INSTITUI A "CAMPAINHA AL LINO CONSCIENTE"	LEI N. 8.370, 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA AL LINO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 14.539, 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO	LEI N. 8.972, 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESC	ADUAL DE
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOGÁS E BIOM	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA	DECRETO N. 11.822 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICION	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL	PENAI.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO	LEI N. 13.445, 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS	LEI N. 14.735, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS DISPÕE SOBRE SU	DE FUNCION
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS	LEI N. 14.751, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPO	RITÓRIOS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA F	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA F	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	PROVISÓRI
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE	LEI N. 9.720, 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS DENOMINADA ALA	DISPÕE S
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	NÍCIA MILIT

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTADO DE ALAGOAS	À OUTRAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPEL NO	DO DE ALAG
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO	LEI N. 8.702, DE 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	PÚBLICA DO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO	LEI N. 8.336, DE 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	NA REDE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO	LEI N. 8.603, DE 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	ORES DE E
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	LEI N. 9.312, DE 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	/IDÊNCIAS
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.373, DE 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTAD	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.698, DE 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCI	DO CÂNCER
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	DÉFICIT F
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 8.971, DE 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	ESTADO D
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	OMPROB
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍCIUS” DE COMBATE A INJÚRIA RACIAL E A	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍCIUS” DE COMBATE A INJÚRIA RACIAL E A	ADOSEMA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE S	ONAL DE A
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	LEI N. 14.914, DE 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO	LEI N. 14.819, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDA	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS	LEI N. 13.812, DE 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	ORNA DE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.722, DE 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOAÇÃO	TE DE ÓRG
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	A AS MUL
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 14.533, DE 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	LEI DE D
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	DECRETO N. 9.607, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUT	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PA	LEI N. 15.139, DE 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PA	ESPÓDIE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NO	WECAÇÃO
		LEI N. 12.764, DE		
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	LEI N. 14.572, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚN	ESPECIE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	LEI N. 14.821, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	QUA DE B

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	DECRETO N. 11.079 DE 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	CA.
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIMPIADAS PÚBLICAS	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIMPIADAS PÚBLICAS	ESTADO D
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	LEI N. 12.587, 18.1.2021	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	STADOS DE
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	LEI N. 9.711, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO	GEM (TDL)
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	DAIS DE ADO
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO	SURA LÁBI
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	LEI N. 14.543, 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	QUATUBRE
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	LEI N. 14.549, 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	TRAS PRO
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	RESOLUÇÃO N. 10.005, 10.005.2013	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS	D.
	INSTITUI E DEFINE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI E DEFINE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	EVASÃO
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	DECRETO N. 11.514 DE 11.514.2021	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	DO ESTAD
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	ONIMON
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	LEI N. 9.696, 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	PARTEICIA
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P	DECRETO N. 69.529 DE 69.529.2020	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS P	S NO ESTA
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.502 DE 69.502.2020	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	DECRETO N. 69.527 DE 69.527.2020	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO EST	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO EST	ISTEMA D
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	COMPLEMENTO N. 1.000, 1.000.2020	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	DEFINIDA
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	MBATER C
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	Á OUTRAS
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	S PROVIDE
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDEN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMACÃO AOS CONSUMIDORES	
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E	LEI N. 14.237, DE	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.7	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS F	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO D	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, DE	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO	
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SIS	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS E	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NA	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PEI É	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOKA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTIC	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓP	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEG	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PRO	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRE	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VI	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPALATINA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINICÍDIO	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 1.000, 13.04.1995	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE 1989 E 12.288 DE 2010	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SISTEM
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149, 10.6.89	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPO
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	DECRETO N. 10.689, DE 11.4.85	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	DE VIOLÊ
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 11.485, DE 11.4.85	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIONAL
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	DECRETO N. 11.487, DE 11.4.85	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE	IA DO FID
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIMI	LEI Nº 14.149, 10.6.89	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIMI	CIA NO ÂM
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	COMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.243, DE 12.12.2016	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	ENTRADA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	LEI N. 15.358, DE 11.4.85	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIPIFI
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	LEI N. 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER	ÇO. Inst

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO	LEI N. 9.7033, 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINIST	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAM	DECRETO N. 10.906 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANT	DECRETO N. 10.991 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PA	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO E	LEI N. 6.971, 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGI	LEI N. 9.472, 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	
	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O P	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO M	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E P	LEI N. 8.232, 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS F	
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENR	LEI N. 14.540, 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PRO	LEI N. 14.214, 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO I	LEI N. 15.116, 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO IN	LEI N. 14.640, 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE	LEI N. 8.973, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMP	LEI N. 8.988, 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUIT	LEI N. 8.968, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMU	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULAD	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULTURA ALA	
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E A	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROFES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	
		LEI N. 11.530, DE		
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	
	INSTITUI O PROGRAMA SELL VOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SELL VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E DE	
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ	
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO E	
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇ	
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	
	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBIT	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO FLOR DE LÓTUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COM	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORM	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEL COMO SISTEMA DE	
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBIT	
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTA	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGU	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGU	ENTOS DA
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	LEI DAS CONTRAVENTÕES PENAS	DECRETO LEI N. 3.688	LEI DAS CONTRAVENTÕES PENAS	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	II DO ART
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTR	LEI N. 14.133, 14.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	TIVA DA P
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLI	BTENENTE
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOA	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PA	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉS	NTRA A MU
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES OUI	NHO DE M
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREC	DECRETO N. 29.342 DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15	8.666, DE 2
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997 QUE INSTITUI	SITO BRAS
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948 DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DOS MILITARES DO E	S Maj. BM M
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL D	MANUAL LGPD PGF/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂM	ÇÃO PÚBL
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	10.375 - C
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESE	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESE	S E DÁ OUT
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA FR70-MC-10-308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	AS PROV
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOA	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUM	S AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZULME	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZULME	AUTORID
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL "	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR "	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTE	CULTURAI
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	ALAGOAS
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	, E DÁ OU
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	FICIAIS E P
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1992	54, E DÁ C
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS C	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	07.2015 - M
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXT	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOZE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.407 DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	CONTRA A
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.537 DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E CO	CONTRA
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	DO, DE EXE
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E	LEI N. 8.573, 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA	SIRIATAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR	LEI N. 7.054, 17.6.2009,	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA LEI ORCAME	LEI N. 7.805, 21.6.2016,	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	JUAL DE 20
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DE	LEI N. 7.799, 6.4.2016,	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2016.
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016,	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019. NOS	6, § 1º, DA
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1	LEI N. 7.816, 19.9.2016,	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	GRUPPO
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLI	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVAD	AGOAS, A
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EST	RECOMENDA	RECOMENDACÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, DE	ALTERA A LEI Nº 6.880 DE 09.12.1980 (Estatuto dos Militares) A LEI Nº 3	LEI Nº 4.3
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO ARTIST	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	STÓRICO,
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767,	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APRO	O-LEI Nº 5
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PA	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560 DE 29.12.1992 PARA PERMIT	STE INVE
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOV	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INO	ÃO DA PRO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTR	DECRETO Nº	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO D	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGO	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SEE/AG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	POBOM
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA	ATENDE
	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2	PORTARIA M	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARÇO DE 2019 QUE DISPÕE SO	REGISTRO
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EM	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTIT	UPERIOR
	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃ	EDONES
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃ	DE DESTA
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZACÃ	DA DIREZI
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EM	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMIIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMIIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIIDH - DESIGN	SADOSON
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENC	LEI Nº 13.994,	ALTERA A LEI Nº 9.099, 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO E	ITO DOS J
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRA	LEI N. 13.495, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO	RESSAM)

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA	LEI N. 13.104, DE 9.3.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EMINICÍDIO
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.009, DE 7.7.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publica	ogada pela
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.868, DE 7.7.1988	DÁ NOVA REDACÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30 D	plicada em
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.994, DE 7.6.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PR	da em 8.6.1
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CO	LEI N. 5.819, DE 1.3.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTE	E ASSIST
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI N. 6.674, DE 4.1.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉR	ARQUIAS E
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO P	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGO	OVIDÊNC
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO PR	LEI N. 6.584, DE 29.3.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	RVIDORES
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXT	LEI N. 6.585, DE 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO	EAL SAÚDE
	PREVIDÊNCIA (DEEINE O GESTOR DO RPPS)	LEI N. 4.789, DE 19.6.1986	DEEINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕ	LEI N. 6.288, DE 28.3.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	INATIVOS
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DA
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS)	LEI N. 7.751, DE 9.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	ADO DE A
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GEST	DECRETO N. 68.852, DE 19.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVI	SERVIDOR
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTE	DECRETO N. 68.852, DE 19.10.2015	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022	RECOMENDA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00000794-2 - RECOMENDACÃO N	DETERMI
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026	RECOMENDA	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO	ROQUE FOR
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERC	LEI N. 8.577, DE 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS	DESPON
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DES	LEI N. 10.011, DE 25.9.2019	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO, EXPERIMENTO	EXATOS
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE P	LEI N. 8.233, DE 10.1.2020	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACET	ENDESO
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO	DECRETO N. 10.513, DE 7.7.2010	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁG	ONASIDA
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCE	LEI N. 7.173, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A	O O ESTA
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM E	PORTARIA Nº	EICA PROIBIDA, EM TODO ESTADO DE ALAGOAS, A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	TRES, DO
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BA	PORTARIA Nº	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILAR	DIVANED
	PROMOÇÃO (CABOS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 7.7.2010	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAB	STIÇA E SE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMOCÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES DE	LEI N. 8.184, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUIR NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1986	
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	
	PROMOCÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, DE 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL MILITAR	
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	PROMOCÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491 DE	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA REPÚBLICA	
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO	DECRETO N. 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA	
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERACÃO DO HORÁRIO	
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO	DECRETO N. 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PORTARIA N. 1.406 DE	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	QUADRO DE PESSOAL (OEA - OOE)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI ESTADUAL Nº 6.544 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ	
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ	
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DELEGADOS	LEI N. 13.726, DE 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DELEGADOS	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ	LEI N. 4.125, DE 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANÁ	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	LEI N. 4.214, DE 15.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, 22.5.2013.	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	S E MILITARES
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	RECOMENDADA	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	PMAL
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	LEI N. 8.976, 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	ADO DE A
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	LEI N. 14.720, 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.751, 13.9.1974	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	SERVIDOR
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	ALAGOAS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NOS	OS DE ENS
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMEN	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO	IXA O LIM
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS	LEI N. 8.545, DE	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OBRAS	ZADAS NO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS	CONRÊCA
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	SIA ELÉTR
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TÉCNICAS	PORTARIA Nº	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS TÉCNICAS	PM.
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 4.077, DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	À OUTRAS
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	DECRETO N. 4.076, DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	TIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ACESSO À INTERNET	DECRETO N. 7.174, DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ACESSO À INTERNET	ADMINISTRA
	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	DECRETO N. 4.049, DE	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	AS CONSP
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	DECRETO N. 25.212, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	AS POLÍTI
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	DECRETO N. 76.651, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE ESTABELECE A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	AMA BOLS
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 95.600, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	À CAPAC
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 9.847, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	O REGIST
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 11.615, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	OCEDIME
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 11.436, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007, PARA ESTABELECER OS EIXOS DE ATUAÇÃO DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	PÚBLICO
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01 DE ABRIL DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 11.129, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846, DE 01 DE ABRIL DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE DO REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DISTRON
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	DECRETO N. 8.771, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014, PARA TRATAR DAS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	AS DE DIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DECRETO N. 12.341, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGISTRO DE MATERIAIS DE CONSUMO	DE INOSP

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019	DECRETO N. 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021	DECRETO N. 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOV	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999	DECRETO N. 3.182 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162	DECRETO N. 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE	
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA- AL	LEI N. 12.468 DE	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA- ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A	
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E	DECRETO N. 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ PE	
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI	DECRETO N. 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA E	
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXEC	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613	DECRETO N. 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST	LEI N. 11.350 DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APP	
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE	PORTARIA Nº	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB	
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE F	DECRETO N. 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACIONA	
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PR	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCI	
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSA	DECRETO N. 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURS	
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRAS	DECRETO N. 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELA MEDIDA P	
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELA MEDIDA PRI	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601	
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO	DECRETO Nº 1.054 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO	
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	DECRETO N. 35.718 DE	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	
	REGULAMENTO DE PROMOCÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 2.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOCÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	DECRETO Nº 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 26.6.2000	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 8.609, 22.2.2022	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO-LEI Nº 6.161, 26.6.2000	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	LEI Nº 8.609, 22.2.2022	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI Nº 6.926, 12.5.2008	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI Nº 6.821, 13.7.2007	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007 QUE AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO	
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI Nº 9.047, 8.11.2023	AUTORIZA A RESTRIÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023	LEI Nº 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	
	REVOGACÃO DE LEIS	DECRETO N. 11.611 DE	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994 A LEI ESTADUAL	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	LEI Nº 6.651, DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019 QUE INSTITUI O PROGRAMA N	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 37.611 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 23.617 DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOPTA	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 8.700 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	LEI Nº 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	LEI Nº 6.451, 7.1.2004	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ES	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019	DECRETO N. 25.649 DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTACÃO VOLUNTÁRIA	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019		INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019		MENTIONA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO)	LEI N. 7.389, 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA	FÔNICOS,
	SERVICO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVICO DE IDENT	MILITAR SI
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSI	E DÁ OUT
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUTEORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICI	PROVIDÊNCIA
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OI	AS.
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT	CIAS CORR
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130 DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDO E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421 DE 20 DE DEZEM	DE 16 DE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORPO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	ROS MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, 27.3.2006	EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, 4.4.2006	EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.824, 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS GRATIFICAÇÕES E SOLDO DOS SE	LITARES E
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRATIFICAÇÃO)	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REALISTA OS VENCIMENTOS SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBL	ARES DA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID	S E MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTE SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.162, DE	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	Blicos D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO)	LEI N. 6.385, 23.7.2003	EIXA O SOLDO DE CORONEL PM ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	PIO PARA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEFINITIVO)	LEI N. 6.456, 20.1.2004	EIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIF	RA ENFRE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE: ALTERA A LEI Nº 7.960, DE 1996	RO DE 1996
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR	PORTARIA Nº 1.009, 23.4.1998	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODO	ANTO DUF
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS)	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE)	LEI N. 7.131, 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚDO	RES LIGAD
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	LEI N. 7.522, 2.12.2009	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	AGEM LO
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINISTÉRI
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	LEI N. 15.094, 2.12.2019	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	CASOS OS
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PRO	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PRO	TRAS PRO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	LEI N. 12.687, 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116, DE 29.08.1983, PARA TORNAR GRATUITA	RTEIRA DE
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	DECRETO N. 15.877, DE 2.12.2019	INSTITUI REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAR	PÚBLICO
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	PORTARIA Nº 1.009, 23.4.1998	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PUBLICAÇÃO	O BANCÁRI
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	MENSAGEM Nº 1.009, 23.4.1998	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE ALTERA A LEI Nº 7.960, DE 1996	19 DE MAI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉRI
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	VISITAS S
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	O UNIFORM
	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	POÇÃO AB
	TRANSEFORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	LEI N. 8.550, 2.12.2009	TRANSEFORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ÃO DEOME
	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ALTERA	LEI N. 15.352, 2.12.2019	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ALTERA	OS DESSO
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BAÇO INT
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE VESTUÁRIO	MO DISTIN
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGOAS	LEI Nº 6.414, 2.12.2009	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGOAS	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, 2.12.2009	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBSTITUTOS DA P	ITOS DA P
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	OMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, 2.12.2009	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADOS	R E CORP
	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRA	PORTARIA Nº 1.009, 23.4.1998	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRA	
	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE COMANDO	PORTARIA Nº 1.009, 23.4.1998	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE COMANDO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REGIMENTO	PORTARIA Nº 03/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REGIMENTO	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	PORTARIA Nº 04/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	PORTARIA Nº 06/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	PORTARIA Nº 07/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAS	OLO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E UNIFORMES	PORTARIA Nº 09/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E UNIFORMES	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DE VERBA	PORTARIA Nº 10/2019	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DE VERBA	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SUAS	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SUAS	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	LEI Nº 8.113, 17.7.2019	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	DECRETO N. 17.760, DE 17.7.2019	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	LEI N. 7.550, DE 3.8.2012	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREENHENSÃO DE BENS)	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	EI N.º 5.402
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSCritos)	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSCritos	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIDOR VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA)	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES)	DECRETO N. 30.018, DE 30.01.2019	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES)	DECRETO N. 30.019, DE 30.01.2019	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AOS SERVIDORES	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNCTÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	LEI N. 8.328, 7.8.2019	VISA POSSIBILITAR A JUNCTÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA